

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL..... 65

1. INTRODUÇÃO.....	65
2. CONCEITO DE PROCESSO.....	65
3. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	66
4. FASES DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO DO PROCESSO.....	66
4.1. Praxismo.....	66
4.2. Processualismo.....	66
4.3. Instrumentalismo.....	67
4.4. Processo à luz da Constituição (neoprocessualismo, formalismo valorativo, pós-instrumentalismo ou positivismo reconstruído).....	68
5. PROCESSO E CONSTITUIÇÃO.....	70

CAPÍTULO II – NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL..... 71

1. INTRODUÇÃO.....	71
2. PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO CIVIL.....	72
2.1. Princípio do devido processo legal.....	72
2.1.1. Devido processo legal formal e devido processo legal substancial.....	72
2.1.2. Devido processo legal e relações entre particulares.....	74
2.2. Princípio do contraditório.....	74
2.2.1. Dimensão formal do princípio do contraditório.....	75
2.2.2. Dimensão substancial (ou material) do princípio do contraditório.....	75
2.2.2.1. Impossibilidade de se proferir decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida (art. 9º do CPC).....	75
2.2.2.2. Impossibilidade de se decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar (art. 10 do CPC).....	76
2.3. Princípio da ampla defesa.....	77
2.4. Princípio da razoável duração do processo.....	78
2.5. Princípio da publicidade dos atos processuais.....	78

2.5.1.	Princípio da publicidade e negócio jurídico processual	79
2.5.2.	Princípio da publicidade e arbitragem	79
2.6.	Princípio da motivação das decisões judiciais	80
2.7.	Princípio da isonomia	81
2.8.	Princípio da boa-fé processual	82
2.9.	Princípio da cooperação	83
2.9.1.	Dever de informação (esclarecimento ou consulta)	85
2.9.2.	Dever de prevenção	85
2.9.3.	Dever de lealdade	85
2.9.4.	Dever de proteção	86
2.10.	Princípio da adequação (adaptabilidade ou flexibilização) do procedimento	86
2.11.	Princípio da primazia do julgamento do mérito	87
2.12.	Princípio da inafastabilidade da jurisdição (acesso à justiça)	88
2.13.	Princípio do juízo natural	92
3.	ORDEM CRONOLÓGICA DE CONCLUSÃO	93

CAPÍTULO III - JURISDIÇÃO..... 95

1.	INTRODUÇÃO	95
2.	CONCEITO	95
3.	OBJETIVOS DA JURISDIÇÃO	97
4.	CARACTERÍSTICAS DA JURISDIÇÃO	97
4.1.	Substitutividade	97
4.2.	Inércia	98
4.3.	Lide	99
4.4.	Manifestação de poder	99
4.5.	Atividade criativa	99
4.6.	Definitividade	100
4.7.	Decisão proferida por terceiro imparcial	100
5.	PRINCÍPIOS DA JURISDIÇÃO	100
5.1.	Princípio da investidura	100
5.2.	Princípio da territorialidade (ou aderência ao território)	101
5.3.	Princípio da indelegabilidade	101
5.4.	Princípio da inevitabilidade	102
5.5.	Princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário	103
5.6.	Princípio do juízo natural	103
6.	JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	103
6.1.	Jurisdição contenciosa	103
6.2.	Jurisdição voluntária	103

7.	MEIOS ALTERNATIVOS (OU ADEQUADOS) DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	105
7.1.	Introdução.....	105
7.1.1.	Autotutela.....	106
7.1.2.	Autocomposição.....	106
7.1.3.	Mediação.....	106
7.1.4.	Conciliação.....	107
7.1.5.	Arbitragem.....	108
7.1.5.1.	Introdução.....	108
7.1.5.2.	Natureza jurídica da arbitragem e teorias explicativas.....	109
7.1.5.3.	Natureza jurídica da arbitragem para o direito brasileiro.....	110
7.1.5.4.	Convenção de arbitragem	111
7.1.5.5.	Cláusula compromissória vazia e cláusula compromissória cheia.....	112
7.1.5.6.	Efeitos positivo e negativo da convenção de arbitragem.....	112
7.1.6.	<i>Dispute resolution board</i>	113
8.	DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	114
8.1.	Introdução.....	114
8.2.	Competência concorrente e competência exclusiva.....	114
8.2.1.	Competência concorrente (ou cumulativa).....	114
8.2.2.	Competência exclusiva	116
8.3.	Sentença estrangeira versando sobre causa de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira	117
9.	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	117
9.1.	Introdução.....	117
9.2.	Auxílio direto.....	118
9.2.1.	Auxílio direto ativo	118
9.2.2.	Auxílio direto passivo.....	118
9.3.	Carta rogatória.....	119

CAPÍTULO IV – COMPETÊNCIA..... 121

1.	CONCEITO DE COMPETÊNCIA E ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO	121
2.	PRINCÍPIO DA KOMPETENZ-KOMPETENZ (COMPETÊNCIA DA COMPETÊNCIA).....	122
3.	PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO (PERPETUATIO JURISDICTIONIS).....	122
3.1.	Introdução.....	122
3.2.	Perpetuação da jurisdição e desmembramento de comarca	124
3.3.	Perpetuação da jurisdição e alteração da competência após a sentença.....	124
3.4.	Perpetuação da jurisdição e princípio do juízo imediato.....	124
4.	COMPETÊNCIA ABSOLUTA E COMPETÊNCIA RELATIVA	125
4.1.	Tabela para fixação do conteúdo.....	126

5. COMPETÊNCIA DE FORO E COMPETÊNCIA DE JUÍZO.....	127
6. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA.....	127
7. CRITÉRIOS DETERMINATIVOS DA COMPETÊNCIA.....	128
7.1. Critério objetivo	129
7.2. Critério funcional	130
7.3. Critério territorial	131
8. FLUXOGRAMA DOS CRITÉRIOS DETERMINATIVOS DA COMPETÊNCIA.....	132
9. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA E RECURSAL (OU DERIVADA)	133
10. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.....	133
10.1. Aspectos gerais do art. 109, I, da CF.....	133
10.2. Empresas públicas e sociedades de economia mista e a competência da Justiça Federal.....	135
10.3. Fundações públicas federais e a competência da Justiça Federal.....	136
10.4. Ordem dos Advogados do Brasil e a competência da Justiça Federal.....	136
10.5. Competência delegada do art. 109, §§ 3º e 4º, da CF	136
10.5.1. Competência delegada e execuções fiscais.....	138
10.5.2. Competência delegada e ações civis públicas.....	138
10.6. Competência em razão da atuação do Ministério Público Federal.....	139
10.7. Competência para julgar ações propostas contra o Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público.....	139
10.8. Procedimento de remessa dos autos à Justiça Federal.....	139
11. IDENTIFICAÇÃO DO JUÍZO COMPETENTE	140
12. FORO COMUM E FOROS ESPECIAIS DE COMPETÊNCIA.....	140
12.1. Foro comum	141
12.2. Foros especiais	141
13. MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA RELATIVA.....	144
13.1. Introdução.....	144
13.2. Critério convencional.....	144
13.2.1. Foro de eleição.....	144
13.2.1.1. Ineficácia da cláusula de eleição de foro.....	144
13.2.2. Não alegação de incompetência relativa	145
13.3. Critério Legal.....	145
13.3.1. Conexão	146
13.3.1.1. Hipóteses de conexão	146
13.3.1.2. Teoria materialista da conexão	147
13.3.1.3. Reunião dos processos em razão da conexão	148
13.3.1.4. Classificação da conexão	149
13.3.1.5. Conexão e incompetência relativa.....	149
13.3.2. Continência.....	150

13.4. Prevenção.....	150
14. DECISÃO SOBRE A COMPETÊNCIA E SISTEMA RECURSAL.....	151
15. CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	151

CAPÍTULO V – AÇÃO 153

1. INTRODUÇÃO.....	153
2. TEORIAS EXPLICATIVAS DO DIREITO DE AÇÃO.....	153
2.1. Teoria imanentista (ou civilista).....	153
2.2. Teoria da ação como direito autônomo: polêmica entre Windscheid e Muther	154
2.3. Teoria da ação como direito autônomo e concreto	154
2.4. Teoria da ação como direito abstrato.....	155
2.5. Teoria da ação como direito potestativo	155
2.6. Teoria eclética da ação.....	156
2.7. O direito de ação no novo Código de Processo Civil	157
3. CONDIÇÕES DA AÇÃO.....	158
4. ELEMENTOS DA AÇÃO.....	158
5. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES.....	159
5.1. Ações condenatórias.....	160
5.2. Ações constitutivas.....	160
5.3. Ações meramente declaratórias	160
5.4. Ações executivas lato sensu e ações mandamentais (teoria quinária).....	161
5.5. Prescrição e decadência à luz da classificação das ações	162
6. AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL.....	163

CAPÍTULO VI – PROCESSO 165

1. INTRODUÇÃO.....	165
2. PROCESSO E TUTELA DO DIREITO.....	166
2.1. Tipologia das tutelas jurídicas.....	166
2.1.1. Tutela definitiva	166
2.1.2. Tutela provisória	166
2.2. Fluxograma	166
3. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	167
3.1. Conceito de pressupostos processuais	167
3.2. Pressupostos processuais e condições da ação.....	167
3.3. Classificação dos pressupostos processuais.....	168
3.3.1. Pressupostos processuais de existência.....	168
3.3.1.1. Pressupostos processuais de existência subjetivos.....	168

3.3.1.1.1. Capacidade de ser parte.....	168
3.3.1.1.2. Órgão investido de jurisdição	169
3.3.1.2. Pressuposto processual de existência objetivo.....	169
3.3.2. Pressupostos processuais de validade.....	169
3.3.2.1. Pressupostos processuais de validade subjetivos	169
3.4. Legitimidade para a causa (<i>legitimatio ad causam</i>).....	172
3.4.1. Classificação da legitimidade	172
3.4.1.1. Legitimação ordinária	172
3.4.1.2. Legitimação extraordinária (ou substituição processual)	173
3.4.1.3. Legitimação exclusiva.....	173
3.4.1.4. Legitimação concorrente.....	174
3.4.2. Legitimação e negócio jurídico processual	174
3.4.3. Legitimidade para a causa (<i>legitimatio ad causam</i>) X legitimidade para o processo (<i>legitimatio ad processum</i>).....	176
3.5. Interesse de agir (interesse processual).....	176
3.5.1. O chamado "Interesse-adequação"	177
3.5.2. Perda superveniente do objeto.....	178
3.6. Teoria da asserção	179
3.7. Fluxograma	179

CAPÍTULO VII - PARTES E SEUS PROCURADORES 181

1. CONCEITO DE PARTE	181
2. CURADOR ESPECIAL.....	182
2.1. Conceito e generalidade	182
2.2. Hipóteses legais que impõem a nomeação de curador especial	183
2.2.1. Incapaz sem representante legal ou com interesses colidentes com os do seu representante, enquanto durar a incapacidade (art. 72, I, do CPC).....	183
2.2.2. Réu preso revel, réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado (art. 72, II, do CPC)	183
2.3. Natureza e poderes do curador especial.....	184
2.4. Prazo de atuação	185
2.5. Curadoria especial e atuação do Ministério Público	185
2.6. Consequências da não nomeação de curador especial	185
3. CAPACIDADE PROCESSUAL ESPECIAL DAS PESSOAS CASADAS	186
3.1. Introdução.....	186
3.2. Participação do cônjuge no polo ativo.....	186
3.2.1. Ações que versem sobre direito real imobiliário	186
3.2.1.1. Ausência de consentimento do cônjuge e suprimento judicial	187
3.2.1.2. Ausência de consentimento do cônjuge (ou suprimento judicial) e invalidade do processo	188

3.2.1.3. Capacidade processual especial na união estável	189
3.3. Participação do cônjuge no polo passivo	189
3.4. Capacidade especial da pessoa casada nas ações possessórias.....	191
4. CAPACIDADE PROCESSUAL DA PESSOA JURÍDICA.....	191
5. INCAPACIDADE PROCESSUAL OU IRREGULARIDADE DA REPRESENTAÇÃO (OU PRESENTAÇÃO) DA PARTE	193
6. DOS PROCURADORES	194
6.1. Capacidade postulatória	194
6.2. Procuração.....	195
6.3. Postulação em causa própria.....	196
6.4. Vista e carga dos autos por advogado	196
7. DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES.....	197
7.1. Introdução.....	197
7.2. Dos deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo	197
7.2.1. Sanção decorrente da violação aos incisos IV e VI do art. 77 do CPC	201
7.3. Responsabilidade das partes por dano processual.....	202
7.3.1. Litigância de má-fé.....	202
7.3.1.1. Consequências da condenação por litigância de má-fé	205
8. SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	206
8.1. Sucessão das partes.....	206
8.1.1. Sucessão causa mortis.....	207
8.1.2. Sucessão entre vivos: alienação da coisa ou do direito litigioso.....	207
8.2. Sucessão dos procuradores.....	208

CAPÍTULO VIII - DAS DESPESAS, DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DAS MULTAS.....211

1. INTRODUÇÃO	211
2. DESPESAS PROCESSUAIS.....	211
3. DISPENSA DO PAGAMENTO.....	212
4. DESPESAS COM A REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL.....	213
5. CAUÇÃO (CAUTIO PRO EXPENSIS).....	214
6. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	214
6.1. Fato gerador dos honorários sucumbenciais, critérios e parâmetros para fixa- ção	215
6.2. Honorários advocatícios nas relações jurídicas processuais envolvendo apenas particulares	216
6.3. Honorários advocatícios quando a Fazenda Pública for parte.....	218

6.4.	Honorários advocatícios no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	219
6.5.	Honorários advocatícios na ação de indenização por ato ilícito contra pessoa.....	222
6.6.	Honorários de sucumbência no âmbito recursal	222
6.6.1.	Honorários advocatícios recursais e ausência de contrarrazões ou contraminuta	222
6.6.2.	Honorários advocatícios recursais e não conhecimento do recurso.....	223
6.6.3.	Honorários advocatícios recursais e direito intertemporal.....	223
6.7.	Honorários advocatícios nos embargos à execução e cumprimento de sentença	223
6.8.	Titularidade, natureza e efeitos dos honorários advocatícios	224
7.	SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA	225
8.	DESPESAS PROCESSUAIS NOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	226
9.	DESPESAS PROCESSUAIS QUANDO HOUVER DESISTÊNCIA, RENÚNCIA OU RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS.....	227
10.	CONSEQUÊNCIAS DA CONDENAÇÃO PARA A PARTE E EVENTUAL ASSISTENTE.....	227
11.	GRATUIDADE DE JUSTIÇA.....	227
11.1.	Conceito e generalidades	227
11.2.	Conteúdo da gratuidade de justiça.....	228
11.3.	Pressuposto para o deferimento da gratuidade de justiça	229
11.4.	Procedimento	230

CAPÍTULO IX – LITISCONSÓRCIO.....233

1.	CONCEITO E FONTES DO LITISCONSÓRCIO	233
2.	LITISCONSÓRCIO MULTITUDINÁRIO	234
3.	CLASSIFICAÇÃO DO LITISCONSÓRCIO.....	236
3.1.	Quanto à posição processual.....	236
3.2.	Quanto ao momento da formação do litisconsórcio	236
3.3.	Quanto à uniformidade da solução do litígio.....	236
3.3.1.	Tratamento dado aos litisconsortes simples e unitário.....	237
3.4.	Quanto à obrigatoriedade da formação do litisconsórcio	238
4.	COMBINAÇÕES ENTRE OS REGIMES DE LITISCONSÓRCIO.....	239
4.1.	Litisconsórcio necessário.....	239
4.2.	Litisconsórcio facultativo.....	239
5.	CONSEQUÊNCIAS DA NÃO FORMAÇÃO DO LITISCONSÓRCIO	240
6.	LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO ATIVO.....	241
7.	MODALIDADES ESPECIAIS DE LITISCONSÓRCIO	243
8.	LITISCONSÓRCIO ENTRE MINISTÉRIOS PÚBLICOS	244

9. PRAZOS PROCESSUAIS	245
10. DESPESAS PROCESSUAIS E GRATUIDADE DE JUSTIÇA.....	246
11. ANDAMENTO DO PROCESSO E INTIMAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	246

CAPÍTULO X – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS247

1. INTRODUÇÃO.....	247
2. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	247
3. AMPLIAÇÃO DA DEMANDA E CONTROLE JUDICIAL.....	248
4. MODALIDADES DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	248
4.1. Assistência	248
4.1.1. Assistência simples	249
4.1.1.1. Poderes do assistente simples.....	249
4.1.1.2. Procedimento.....	251
4.1.1.3. Eficácia da decisão na assistência simples	251
4.1.2. Assistência litisconsorcial	252
4.1.2.1. Eficácia da decisão em relação ao assistente litisconsorcial.....	253
4.2. Denúnciação da lide.....	253
4.2.1. Conceito.....	253
4.2.2. Hipóteses de cabimento	254
4.2.2.1. Evicção.....	254
4.2.2.2. Direito de regresso instituído por lei ou por negócio jurídico.....	255
4.2.3. Procedimento e posição do denunciado no processo	255
4.2.4. Denúnciação da lide como demanda regressiva eventual	256
4.2.5. Denúnciação da lide como demanda antecipada e facultativa.....	256
4.2.6. Denúnciação da lide sucessiva.....	257
4.2.7. Denúnciação da lide <i>per saltum</i>	257
4.2.8. Denúnciação da lide nas ações envolvendo relações de consumo.....	258
4.2.9. Denúnciação da lide promovida pela Fazenda Pública	259
4.2.10. Condenação direta e solidária do denunciado.....	260
4.2.11. Denúnciação da lide e ônus de sucumbência.....	261
4.3. Chamamento ao processo.....	262
4.3.1. Conceito e características.....	262
4.3.2. Hipóteses de cabimento	262
4.3.2.1. Chamamento feito pelo fiador ao afiançado	262
4.3.2.2. Chamamento feito pelo fiador aos demais fiadores.....	263
4.3.2.3. Chamamento feito pelo devedor aos demais devedores solidários	263
4.3.3. Procedimento.....	263
4.4. Incidente de descon sideração da personalidade jurídica.....	264

4.4.1.	Desconsideração da personalidade jurídica	264
4.4.2.	Pressupostos para a desconsideração da personalidade jurídica	265
4.4.3.	Modalidades de desconsideração da personalidade jurídica	266
4.4.4.	A desconsideração da personalidade jurídica como modalidade de intervenção de terceiros: aspectos processuais	267
4.4.4.1.	Cabimento	267
4.4.4.2.	Competência	267
4.4.4.3.	Legitimidade	268
4.4.4.4.	Momento para se requerer a desconsideração da personalidade jurídica... ..	268
4.4.4.5.	Procedimento do incidente	269
4.4.4.6.	Recurso	269
4.4.4.7.	Tutela provisória no pedido de desconsideração da personalidade jurídica	270
4.4.4.8.	Honorários advocatícios	270
4.4.4.9.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica nos Juizados Especiais Cíveis	272
4.5.	Amicus curiae.....	272
4.5.1.	Introdução.....	272
4.5.2.	Conceito.....	273
4.5.3.	Classificação	274
4.5.4.	Requisitos.....	274
4.5.5.	Natureza do <i>amicus curiae</i>	275
4.5.6.	Procedimento	276
4.5.7.	Recurso.....	277
4.6.	Intervenção especial da Fazenda Pública (intervenção anômala ou anódina).....	278
4.7.	Intervenções atípicas e despolarização do processo	279

CAPÍTULO XI – JUIZ 283

1.	INTRODUÇÃO	283
2.	GARANTIAS CONSTITUCIONAIS.....	283
3.	VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	284
4.	PODERES E DEVERES DO JUIZ.....	284
4.1.	Condução do processo.....	284
4.1.1.	Assegurar às partes igualdade de tratamento (art. 139, I, do CPC)	284
4.1.2.	Velar pela duração razoável do processo (art. 139, II, do CPC)	285
4.1.3.	Prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e indeferir postulações meramente protelatórias (art. 139, III, do CPC).....	285
4.1.4.	Determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária (art. 139, IV, do CPC)	285

4.1.5.	Promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais (art. 139, V, do CPC).....	287
4.1.6.	Dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito (art. 139, VI, do CPC).....	288
4.1.7.	Exercer o poder de polícia, requisitando, quando necessário, força policial, além da segurança interna dos fóruns e tribunais (art. 139, VII, do CPC) .	288
4.1.8.	Determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, hipótese em que não incidirá a pena de confesso (art. 139, VIII, do CPC).....	288
4.1.9.	Determinar o suprimimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais (art. 139, IX, do CPC).....	289
4.1.10.	Quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, oficiar o Ministério Público, a Defensoria Pública e, na medida do possível, outros legitimados a que se referem o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e o art. 82 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para, se for o caso, promover a propositura da ação coletiva respectiva (art. 139, X, do CPC).....	290
4.2.	Dever de julgamento e proibição do non liquet	290
4.3.	Julgamento por equidade	291
4.4.	Respeito aos limites da lide (princípio da demanda).....	292
5.	RESPONSABILIDADE DO JUIZ.....	292
6.	IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO DO JUIZ.....	294
6.1.	Considerações iniciais	294
6.2.	Hipóteses de impedimento	294
6.3.	Hipóteses de suspeição.....	295
7.	INCIDENTE DE IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO DO JUIZ	295
7.1.	Legitimidade.....	295
7.2.	Competência	296
7.3.	Procedimento	296
7.4.	Fluxograma	297
8.	IMPEDIMENTO DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	298

CAPÍTULO XII – AUXILIARES DA JUSTIÇA.....299

1.	INTRODUÇÃO	299
2.	CLASSIFICAÇÃO DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	300
2.1.	Auxiliares permanentes da justiça	300
2.2.	Auxiliares eventuais da justiça.....	301
2.3.	Conciliadores e mediadores	303

CAPÍTULO XIII – MINISTÉRIO PÚBLICO 307

1. PERFIL CONSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	307
2. PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS	308
2.1. Unidade	308
2.2. Indivisibilidade.....	308
2.3. Independência Funcional.....	308
3. GARANTIAS INSTITUCIONAIS.....	308
3.1. Autonomia funcional.....	308
3.2. Autonomia administrativa.....	308
3.3. Autonomia financeira.....	309
4. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DOS MEMBROS.....	309
4.1. Vitaliciedade	309
4.2. Inamovibilidade	309
4.3. Irredutibilidade de subsídio	309
5. VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	309
6. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL.....	309
6.1. Atuação do Ministério Público como parte	310
6.2. Atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.....	312
6.2.1. Interesse público ou social (art. 178, I, do CPC)	312
6.2.2. Interesse de incapaz (art. 178, II, do CPC).....	312
6.2.3. Litígios coletivos pela posse da terra rural ou urbana (art. 178, III, do CPC).....	313
6.2.4. Outras hipóteses de intervenção do Ministério Público	313
7. ASPECTOS PROCESSUAIS	313
8. RESPONSABILIDADE.....	314

CAPÍTULO XIV – ADVOCACIA PÚBLICA 315

1. INTRODUÇÃO.....	315
2. PRAZO EM DOBRO.....	315
3. INTIMAÇÃO.....	316
4. RESPONSABILIDADE CIVIL.....	316

CAPÍTULO XV – DEFENSORIA PÚBLICA..... 317

1. INTRODUÇÃO.....	317
2. ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	317
3. PRAZO EM DOBRO.....	318

4. INTIMAÇÃO PESSOAL DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	318
5. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PATROCINADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA.....	319
6. RESPONSABILIDADE CIVIL.....	319
7. DEFENSORIA PÚBLICA COMO CUSTOS VULNERABILIS.....	320

CAPÍTULO XVI – ATOS PROCESSUAIS..... 323

1. CONCEITO.....	323
2. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS JURÍDICOS PROCESSUAIS A PARTIR DA TEORIA DOS FATOS JURÍDICOS.....	323
2.1. Fatos jurídicos processuais em sentido amplo	323
2.1.1. Fatos jurídicos processuais em sentido estrito	324
2.1.2. Atos jurídicos processuais.....	324
2.1.2.1. Atos processuais ilícitos	324
2.1.2.2. Atos processuais lícitos	324
3. ATOS PROCESSUAIS DAS PARTES E ATOS PROCESSUAIS DO JUIZ	326
3.1. Sentenças.....	326
3.2. Decisões interlocutórias.....	326
3.3. Despachos	326
3.4. Acórdão	327
4. FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS.....	327
4.1. Liberdade das formas.....	327
4.2. Publicidade dos atos processuais.....	327
4.3. Prática eletrônica dos atos processuais	328
4.4. Tempo e lugar dos atos processuais.....	329
5. PRAZOS PROCESSUAIS	330
5.1. Conceito	330
5.2. Classificação dos prazos processuais.....	330
5.3. Ato processual prematuro.....	332
5.4. Contagem do prazo processual.....	332
5.5. Início do prazo processual.....	333
5.6. Suspensão do prazo processual	334
5.7. Prorrogação do prazo processual.....	335
5.8. Preclusão.....	335
5.8.1. Preclusão <i>pro judicato</i>	336
5.9. Contagem em dobro dos prazos processuais.....	337
6. COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	339
6.1. Introdução.....	339
6.2. Citação.....	339

6.2.1.	Comparecimento espontâneo do réu	340
6.2.2.	Efeitos da citação válida	341
6.2.3.	Citação pessoal e exceções legais.....	343
6.2.4.	Lugar da citação e restrições legais	344
6.2.5.	Citando mentalmente incapaz ou impossibilitado de receber a citação	344
6.2.6.	Formas de citação	345
6.2.6.1.	Citação por meio eletrônico.....	345
6.2.6.2.	Citação pelo correio.....	346
6.2.6.3.	Citação por oficial de justiça	348
6.2.6.4.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório	349
6.2.6.5.	Citação por edital.....	349
6.2.6.5.1.	Hipóteses de cabimento	349
6.2.6.5.2.	Requisitos da citação por edital.....	350
6.2.6.5.3.	Alegação dolosa de causa autorizadora de citação por edital.....	351
6.3.	Intimação.....	351
6.3.1.	Conceito.....	351
6.3.2.	Formas de intimação.....	351
6.3.3.	Intimação da Fazenda Pública	354
6.3.4.	Nulidade da intimação.....	354
6.4.	Cartas.....	354
6.4.1.	Conceito e modalidades de cartas.....	354
6.4.1.1.	Cartas a serem cumpridas na Justiça Federal	355
6.4.2.	Requisitos.....	356
6.4.3.	Intimação, prazo e o caráter itinerante das cartas.....	356
6.4.4.	Formas de expedição das cartas	357
6.4.5.	Procedimento.....	358

CAPÍTULO XVII – NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS.....359

1.	INTRODUÇÃO.....	359
2.	CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	359
3.	COGNOSCIBILIDADE DO JUIZ	362
4.	REQUISITOS DE VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL.....	363
4.1.	Capacidade de ser parte e capacidade de estar em juízo.....	363
4.2.	Objeto.....	364
4.3.	Forma.....	366
5.	NULIDADE, ANULABILIDADE E CONTROLE DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL....	366
6.	NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E AS POSIÇÕES JURÍDICAS DE TERCEIROS	367

7.	INADIMPLEMENTO DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL.....	368
8.	EXEMPLOS DE NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS ADMITIDOS E NÃO ADMITIDOS	368
9.	NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E ORDEM CRONOLÓGICA DE CONCLUSÃO.....	370
10.	CALENDÁRIO PROCEDIMENTAL	370
10.1.	Conceito e natureza jurídica	370
10.2.	Momento da celebração do negócio.....	371
10.3.	Obrigatoriedade e possibilidade de revisão	371

CAPÍTULO XVIII – INVALIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS 373

1.	INTRODUÇÃO	373
2.	SISTEMA DE INVALIDADES PROCESSUAIS.....	374
3.	NULIDADES PROCESSUAIS ABSOLUTAS E NULIDADES PROCESSUAIS RELATIVAS.....	375
4.	INVALIDADE, PREJUÍZO E INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS	376
5.	NULIDADE E ATOS PROCESSUAIS CORRELACIONADOS (PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE).....	377
6.	NULIDADE E PROIBIÇÃO DE COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO.....	378
7.	NULIDADE DECORRENTE DA NÃO INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	378
8.	CONVALIDAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS DEFEITUOSOS.....	379

CAPÍTULO XIX – DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO 381

1.	INTRODUÇÃO	381
2.	REGISTRO	381
3.	DISTRIBUIÇÃO	382
3.1.	Distribuição por dependência.....	383

CAPÍTULO XX – TUTELAS PROVISÓRIAS 385

1.	O PROCESSO E O TEMPO	385
2.	A REDISTRIBUIÇÃO DOS EFEITOS DO TEMPO NO PROCESSO E FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	385
3.	EVOLUÇÃO DAS TUTELAS PROVISÓRIAS	386
4.	TUTELA DEFINITIVA E TUTELA PROVISÓRIA	387
5.	CLASSIFICAÇÃO DAS TUTELAS PROVISÓRIAS	387
5.1.	Quanto à natureza da tutela provisória (antecipada ou cautelar).....	388
5.1.1.	Tutela antecipada	388

5.1.2.	Tutela cautelar	389
5.2.	Quanto ao momento para o seu requerimento (em caráter antecedente ou em caráter incidental)	390
5.2.1.	Tutela provisória requerida em caráter antecedente	390
5.2.2.	Tutela provisória requerida em caráter incidental	391
5.3.	Quanto ao fundamento do pedido de tutela provisória (urgência ou evidência).....	392
5.3.1.	Tutela de urgência	393
5.3.2.	Tutela da evidência.....	393
6.	FLUXOGRAMA.....	394
7.	CARACTERÍSTICAS DAS TUTELAS PROVISÓRIAS.....	394
8.	FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO	395
9.	COMPETÊNCIA	395
10.	FUNGIBILIDADE DA TUTELA PROVISÓRIA	396
11.	TUTELA PROVISÓRIA E PRÉVIO REQUERIMENTO DA PARTE.....	397
12.	TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA.....	397
12.1.	Pressupostos	397
12.2.	Caução.....	398
12.3.	Momento para ser requerida.....	398
12.4.	Momento para concessão.....	398
12.5.	Irreversibilidade como pressuposto negativo da tutela antecipada fundada na urgência	399
12.6.	Efetivação da tutela cautelar de urgência.....	400
12.7.	Responsabilidade objetiva da parte que requer e obtém uma tutela provisória de urgência.....	401
13.	DO PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE	401
13.1.	Introdução.....	401
13.2.	Petição inicial.....	402
13.2.1.	Valor da causa e recolhimento das custas.....	403
13.2.2.	Indicação de que pretende se valer do benefício previsto no art. 303, <i>caput</i> , do CPC.....	403
13.3.	Apreciação do pedido de tutela antecipada antecedente pelo juiz e suas consequências.....	404
13.3.1.	Indeferimento do pedido	404
13.3.2.	Deferimento do pedido.....	405
13.4.	Estabilização da tutela antecipada.....	406
13.4.1.	Introdução.....	406
13.4.2.	A estabilização dos efeitos da tutela antecipada no CPC/15	407
13.4.3.	Revisão, reforma ou invalidação da tutela antecipada estabilizada	410

13.4.4. Não estabilização convencional dos efeitos da tutela antecipada antecedente.....	411
14. DO PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE	412
14.1. Petição inicial	412
14.2. Citação do réu.....	413
14.3. Decisão.....	413
14.3.1. Decisão que indefere o pedido cautelar	414
14.3.2. Decisão que defere o pedido cautelar.....	414
14.3.3. Natureza da decisão.....	414
14.4. Cessação dos efeitos da tutela cautelar.....	415
14.4.1. Renovação do pedido de tutela cautelar.....	416
15. TUTELA DA EVIDÊNCIA.....	416
15.1. Introdução.....	416
15.2. Modalidades e pressupostos.....	418
15.2.1. Ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte (art. 311, I, do CPC)	418
15.2.2. As alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante (art. 311, II, do CPC).....	419
15.2.3. Se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa (art. 311, III, do CPC).....	420
15.2.4. A petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável (art. 311, IV, do CPC).....	421
15.3. Prova documental	421
15.4. Tutela da evidência concedida liminarmente	422
16. TUTELA PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	422

CAPÍTULO XXI – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO 425

1. FORMAÇÃO DO PROCESSO.....	425
2. SUSPENSÃO DO PROCESSO.....	426
2.1. Introdução.....	426
2.2. Causas de suspensão do curso do procedimento	427
2.2.1. Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador (art. 313, I, do CPC)	427
2.2.2. Convenção das partes (art. 313, II, do CPC)	428
2.2.3. Arguição de impedimento ou de suspeição (art. 313, III, do CPC).....	428

2.2.4.	Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas (art. 313, IV, do CPC).....	429
2.2.5.	Sentença de mérito dependente de julgamento de outra causa ou de declaração de existência ou de inexistência de relação jurídica que constitua o objeto principal de outro processo pendente (art. 313, V, "a", do CPC).....	429
2.2.6.	Sentença de mérito dependente da verificação de determinado fato ou produção de certa prova, requisitada a outro juízo (art. 313, V, "b", do CPC).....	430
2.2.7.	Força maior (art. 313, VI, do CPC)	430
2.2.8.	Discussão acerca de questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo (art. 313, VII, do CPC).....	431
2.2.9.	Parto ou concessão de adoção (art. 313, IX, do CPC).....	431
2.2.10.	Advogado que se tornar pai (art. 313, X, do CPC).....	431
2.2.11.	Demais casos regulados pelo código (art. 313, VIII, do CPC).....	432
3.	EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	433
3.1.	Introdução.....	433
3.2.	Extinção prematura do processo e o princípio da primazia do julgamento do mérito.....	434
3.3.	Decisões que não resolvem o mérito	434
3.3.1.	Indeferimento da petição inicial (art. 485, I, do CPC)	434
3.3.2.	O processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes (art. 485, II, do CPC)	435
3.3.3.	Por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias (art. 485, III, do CPC)	436
3.3.4.	Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, IV, do CPC).....	436
3.3.5.	Existência de perempção, litispendência ou coisa julgada (art. 485, V, do CPC).....	437
3.3.6.	Ausência de legitimidade ou de interesse processual (art. 485, VI, do CPC).....	437
3.3.7.	Acolhimento da alegação de existência de convenção de arbitragem ou reconhecimento, pelo juízo arbitral, de sua competência (art. 485, VII, do CPC).....	438
3.3.8.	Homologar a desistência da ação (art. 485, VIII, do CPC).....	439
3.3.9.	Morte da parte e intransmissibilidade da ação por disposição legal (art. 485, IX, do CPC).....	440
3.3.10.	Outros casos previstos	441
3.3.11.	Atuação <i>ex officio</i> do juiz	441
3.3.12.	Recurso e efeito regressivo.....	441
3.3.13.	Repropositura da ação.....	442
3.4.	Decisões que resolvem o mérito.....	443
3.4.1.	Acolhimento ou rejeição do pedido.....	443

3.4.2.	Prescrição e decadência.....	444
3.4.3.	Autocomposição.....	445
CAPÍTULO XXII – FASE POSTULATÓRIA DO PROCEDIMENTO COMUM		447
1.	INTRODUÇÃO.....	447
2.	PETIÇÃO INICIAL.....	448
2.1.	Conceito.....	448
2.2.	Requisitos da petição inicial.....	448
2.2.1.	Juízo a que é dirigida (art. 319, I, do CPC).....	448
2.2.2.	Os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu (art. 319, II, do CPC).....	448
2.2.3.	Fato e os fundamentos jurídicos do pedido.....	449
2.2.3.1.	Causa de pedir remota e causa de pedir próxima.....	449
2.2.3.2.	O juiz está vinculado à causa de pedir?.....	450
2.2.4.	O pedido com suas especificações.....	451
2.2.4.1.	Cumulação de pedidos.....	454
2.2.4.2.	Cumulação alternativa e pedido alternativo.....	455
2.2.4.3.	Requisitos para a cumulação de pedidos.....	456
2.2.4.4.	Aditamento ou alteração do pedido ou da causa de pedir.....	457
2.2.5.	Valor da causa.....	457
2.2.5.1.	Controle do valor da causa pelo juiz e impugnação pelo réu	458
2.2.6.	Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	458
2.2.7.	Opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.....	459
2.2.8.	Juntada dos documentos indispensáveis à propositura da ação.....	459
3.	EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL.....	460
4.	INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL.....	460
4.1.	Introdução.....	460
4.2.	Hipóteses de indeferimento da petição inicial.....	461
4.2.1.	Inépcia da petição inicial.....	461
4.2.2.	A parte for manifestamente ilegítima.....	462
4.2.3.	O autor carecer de interesse processual.....	462
4.2.4.	Não atendimento das prescrições dos arts. 106 e 321 do CPC.....	463
4.3.	Condenação ao pagamento das custas processuais.....	463
4.4.	Recurso e consequências processuais.....	463
5.	IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO.....	464

5.1.	Introdução.....	464
5.2.	Pressupostos	464
5.3.	Hipóteses ensejadoras do julgamento de improcedência liminar.....	465
5.4.	Natureza do pronunciamento judicial e respectivo recurso	467
6.	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO	467
6.1.	Introdução.....	467
6.2.	Conciliadores, mediadores e sessão destinada à conciliação e à mediação.....	468
6.3.	Não realização da audiência de conciliação ou mediação	468
6.4.	Realização da audiência de conciliação ou mediação	469
6.5.	Audiência de conciliação ou mediação por meio eletrônico	470
6.6.	Audiência de conciliação no superendividamento (Lei nº 14.181/2021)	471
7.	RESPOSTA DO RÉU.....	472
7.1.	Introdução.....	472
7.2.	Teoria das exceções	473
7.2.1.	Os diferentes sentidos empregados à exceção.....	473
7.2.2.	Ação e exceção	473
7.2.3.	Exceção e objeção.....	474
7.2.4.	Exceções/objeções dilatórias e peremptórias.....	474
8.	CONTESTAÇÃO.....	475
8.1.	Conceito e generalidades	475
8.2.	Prazo	476
8.3.	Defesas do réu.....	479
8.3.1.	Preliminares.....	479
8.3.1.1.	Inexistência ou nulidade de citação (art. 337, I, do CPC)	479
8.3.1.2.	Incompetência absoluta e relativa (art. 337, II, do CPC)	480
8.3.1.3.	Incorreção do valor da causa (art. 337, III, do CPC).....	481
8.3.1.4.	Inépcia da petição inicial (art. 337, IV, do CPC).....	481
8.3.1.5.	Perempção, litispendência e coisa julgada (art. 337, incisos V, VI e VII, do CPC).....	481
8.3.1.6.	Conexão (art. 337, VIII, do CPC).....	481
8.3.1.7.	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 337, IX, do CPC).....	482
8.3.1.8.	Convenção de arbitragem (art. 337, X, do CPC)	482
8.3.1.9.	Ausência de legitimidade ou de interesse processual (art. 337, XI, do CPC).....	482
8.3.1.10.	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar (art. 337, XII, do CPC).....	483
8.3.1.11.	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça (art. 337, XIII, do CPC).....	483
8.3.2.	Preliminares cognoscíveis de ofício.....	484

8.3.3.	Questões preliminares e questões prejudiciais de mérito.....	484
8.3.4.	Defesas de mérito.....	484
8.3.5.	Princípio da concentração da defesa e ônus da impugnação especificada.....	485
9.	RECONVENÇÃO	486
9.1.	Conceito	486
9.2.	Pressupostos	487
9.3.	Procedimento e independência entre ação principal e reconvenção.....	491
10.	REVELIA.....	491
10.1.	Conceito e generalidades	491
10.2.	Efeitos decorrentes da revelia	492
10.3.	Inaplicabilidade do efeito material da revelia	493
10.3.1.	Havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação (art. 345, I, do CPC).....	493
10.3.2.	O litígio versar sobre direitos indisponíveis (art. 345, II, do CPC)	494
10.3.3.	A petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato (art. 345, III, do CPC).....	494
10.3.4.	As alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos (art. 345, IV, do CPC).....	494
10.4.	Outras hipóteses de não incidência do efeito material da revelia	495

CAPÍTULO XXIII – FASE ORDINATÓRIA DO PROCEDIMENTO COMUM 497

1.	INTRODUÇÃO	497
2.	PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES	498
2.1.	Revelia do réu.....	498
2.2.	Apresentação, pelo réu, de defesa de mérito indireta.....	498
2.3.	Alegação de questões preliminares.....	499
2.4.	Existência de irregularidades ou vícios sanáveis.....	499
3.	JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	499
3.1.	Extinção do processo com base nos arts. 485 ou 487, II e III, do CPC.....	499
3.2.	Julgamento antecipado do mérito.....	500
3.2.1.	Introdução.....	500
3.2.2.	Pressupostos	500
3.3.	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	502
3.3.1.	Pressupostos	502
3.3.2.	Julgamento antecipado parcial do mérito e (i)liquidez da obrigação	504
3.3.3.	Recurso e trânsito em julgado	504
3.3.4.	Julgamento antecipado parcial do mérito contra a Fazenda Pública	505
3.4.	Decisão de saneamento e organização do processo	505

3.4.1.	Pedido de esclarecimentos ou ajustes	508
3.4.2.	Saneamento e organização do processo por negócio jurídico processual... ..	509
3.4.3.	Saneamento e organização do processo em cooperação	509

CAPÍTULO XXIV – FASE INSTRUTÓRIA..... 511

1.	BUSCA DA VERDADE	511
2.	CONCEITO DE PROVA	512
3.	CLASSIFICAÇÃO.....	512
4.	OBJETO DA PROVA.....	513
5.	PRINCÍPIOS RELACIONADOS AO DIREITO PROBATÓRIO.....	514
5.1.	Princípio da atipicidade dos meios de prova.....	514
5.2.	Princípio da comunhão da prova	514
5.3.	Princípio do convencimento motivado do juiz.....	514
5.4.	Princípio da livre investigação da prova e da máxima eficiência dos meios de prova	515
5.5.	Princípio da não-autoincriminação (nemo tenetur se detegere).....	516
6.	FINALIDADE DA PROVA.....	517
7.	DESTINATÁRIOS DA PROVA.....	517
8.	INDÍCIO, PRESUNÇÃO LEGAL E REGRAS DE EXPERIÊNCIA.....	517
9.	SISTEMAS (OU CRITÉRIOS) DE VALORAÇÃO DA PROVA.....	518
9.1.	Sistema (ou critério) da prova tarifada (ou legal).....	519
9.2.	Sistema (ou critério) da íntima convicção.....	519
9.3.	Sistema da persuasão racional (ou convencimento motivado).....	519
10.	ÔNUS DA PROVA.....	520
10.1.	Considerações iniciais	520
10.2.	Aspectos objetivo e subjetivo do ônus da prova.....	521
10.3.	Distribuição do ônus da prova.....	521
10.3.1.	Distribuição legal do ônus da prova – distribuição estática	522
10.3.2.	Distribuição do ônus da prova realizada pelo juiz – distribuição dinâmica	522
10.3.3.	Distribuição convencional do ônus da prova – distribuição dinâmica.....	524
10.3.4.	Inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor.....	525
11.	PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ.....	526
12.	PROVA EMPRESTADA.....	527
12.1.	Conceito	527
12.2.	Prova emprestada e contraditório	528
12.3.	Prova emprestada e identidade entre as partes.....	528
12.4.	Natureza e eficácia da prova emprestada.....	529

13. PRODUÇÃO DE PROVA EM FORO DIVERSO	529
14. PROIBIÇÃO DE PROVA ILÍCITA.....	530
14.1. Introdução.....	530
14.2. Ilícitude da prova: plano do direito material e plano do direito processual.....	530
14.3. Provas ilícitas por derivação (fruits of the poisonous tree)	531
14.4. Prova ilícita e interceptação das comunicações telefônicas no processo civil....	531
14.5. Prova ilícita e negócio jurídico processual.....	533
15. STANDARDS PROBATÓRIOS.....	533
16. PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA.....	535
16.1. Direito autônomo à produção antecipada da prova.....	535
16.2. Hipóteses de cabimento	535
16.2.1. Haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação (art. 381, I, do CPC) .	536
16.2.2. A prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito (art. 381, II, do CPC).....	536
16.2.3. O prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação (art. 381, III, do CPC)	537
16.2.4. Arrolamento de bens (art. 381, § 1º, do CPC).....	537
16.2.5. Justificação da existência de fato ou relação jurídica (art. 381, § 5º, do CPC)	538
16.3. Competência	538
16.4. Prevenção do juízo	539
16.5. Procedimento	539
16.5.1. Sentença.....	540
17. PROVAS EM ESPÉCIE.....	541
17.1. Ata notarial	541
17.2. Depoimento pessoal.....	541
17.2.1. Conceito	541
17.2.2. Legitimidade	542
17.2.3. Finalidade do depoimento pessoal e não comparecimento ou recusa da parte	542
17.2.4. Procedimento	543
17.3. Confissão.....	543
17.3.1. Conceito	543
17.3.2. Classificação	544
17.3.3. Validade e eficácia da confissão	545
17.3.4. Efeitos da confissão	546
17.3.5. Irrevogabilidade da confissão.....	547
17.3.6. Indivisibilidade da confissão.....	547
17.4. Exibição de documento ou coisa.....	548

17.4.1. Conceito e características.....	548
17.4.2. Pedido de exibição formulado em face da parte contrária	548
17.4.3. Pedido de exibição formulado em face de terceiro.....	550
17.5. Prova documental	551
17.5.1. Conceito e características.....	551
17.5.2. Documento e instrumento.....	552
17.5.3. Elementos e força probante dos documentos	552
17.5.4. Documento público.....	553
17.5.5. Documento particular.....	554
17.5.6. Telegrama, radiograma e outros meios de transmissão de informação.....	555
17.5.7. Cartas, registros domésticos e notas escritas pelo credor	556
17.5.8. Livros empresariais	556
17.5.9. Reproduções mecânicas.....	557
17.5.10. Reproduções dos documentos particulares.....	558
17.5.11. Vícios e falsidade do documento.....	558
17.5.12. Incidente de falsidade.....	558
17.5.13. Produção da prova documental.....	559
17.5.14. Documentos eletrônicos	561
17.6. Prova testemunhal.....	562
17.6.1. Conceito.....	562
17.6.2. Admissibilidade da testemunha e força probante do seu depoimento	562
17.6.3. Deveres da testemunha	564
17.6.4. Direitos da testemunha.....	564
17.6.5. Produção da prova testemunhal	564
17.7. Prova pericial.....	568
17.7.1. Conceito e admissibilidade da prova pericial.....	568
17.7.2. Perito e assistentes técnicos.....	569
17.7.2.1. Perito.....	569
17.7.2.2. Assistente técnico	570
17.7.3. Produção da prova pericial.....	571
17.7.3.1. Nomeação do perito e honorários periciais.....	571
17.7.3.2. Escusa do perito e recusa pelas partes	572
17.7.3.3. Substituição do perito.....	572
17.7.3.4. Realização.....	572
17.8. Inspeção judicial	574

CAPÍTULO XXV – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO..... 577

1. INTRODUÇÃO.....	577
2. ABERTURA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	578

3. UNIDADE E CONTINUIDADE DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	578
4. PRODUÇÃO DAS PROVAS ORAIS	579
5. DEBATES	579
6. JULGAMENTO	580
7. DOCUMENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA.....	580

CAPÍTULO XXVI – SENTENÇA 581

1. CONCEITO.....	581
2. CLASSIFICAÇÃO DA SENTENÇA	582
2.1. Sentença terminativa e sentença definitiva	583
2.2. Sentença autossuficiente	583
2.2.1. Sentença declaratória.....	583
2.2.2. Sentença constitutiva.....	583
2.3. Sentença não autossuficiente.....	584
2.3.1. Sentença condenatória	584
2.3.2. Sentença mandamental	584
2.3.3. Sentença executiva <i>lato sensu</i>	584
3. ELEMENTOS DA SENTENÇA.....	585
3.1. Relatório	585
3.2. Fundamentação	586
3.2.1. Generalidades	586
3.2.2. Decisões não fundamentadas.....	587
3.2.2.1. Quando se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida (art. 489, § 1º, inciso I, do CPC).....	587
3.2.2.2. Quando empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso (art. 489, § 1º, inciso II, do CPC)	587
3.2.2.3. Quando invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão (art. 489, § 1º, inciso III, do CPC)	588
3.2.2.4. Quando não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador (art. 489, § 1º, inciso IV, do CPC)	588
3.2.2.5. Se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes (art. 489, § 1º, inciso V, do CPC)	589
3.2.2.6. Deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento (art. 489, § 1º, inciso VI, do CPC)	589
3.2.3. Regras, princípios e o papel dos postulados normativos na fundamentação.....	590

3.2.4. Fundamentação <i>per relationem</i> (aliunde ou por referência).....	592
3.3. Dispositivo	592
4. CONSEQUÊNCIAS DA INOBSERVÂNCIA DOS ELEMENTOS DA SENTENÇA	593
5. CAPÍTULOS DA SENTENÇA.....	593
6. REQUISITOS DA SENTENÇA.....	594
6.1. Clareza	594
6.2. Congruência (princípio da congruência).....	594
6.2.1. Congruência intrínseca (ou interna)	595
6.2.2. Congruência extrínseca (ou externa)	595
6.2.2.1. Proibição de decisão <i>ultra petita</i>	596
6.2.2.2. Proibição de decisão <i>extra petita</i>	598
6.2.2.3. Proibição de decisão <i>infra petita</i> (ou <i>citra petita</i>).....	599
6.3. Certeza	600
6.4. Liquidez	601
7. SENTENÇA E FATO SUPERVENIENTE.....	601
8. DECISÕES QUE NÃO RESOLVEM O MÉRITO	603
9. DECISÕES QUE RESOLVEM O MÉRITO.....	603
10. EFEITOS DA SENTENÇA.....	603
10.1. Efeito principal	603
10.2. Efeitos secundários.....	603
10.2.1. Hipoteca judiciária.....	604
11. PUBLICAÇÃO	605
12. INTERPRETAÇÃO DA SENTENÇA.....	606
13. REMESSA NECESSÁRIA	606
13.1. Natureza jurídica	606
13.2. Cabimento.....	607
13.2.1. Sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público (art. 496, I, do CPC).....	608
13.2.2. Sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal (art. 496, II, do CPC).....	608
13.2.3. Remessa necessária de decisão interlocutória	608
13.2.4. Outras hipóteses de remessa necessária.....	609
13.3. Hipóteses de não aplicação da remessa necessária	610
13.3.1. Não aplicação da remessa necessária em razão do valor da condenação (art. 496, § 3º, do CPC).....	610
13.3.2. Não aplicação da remessa necessária em razão de entendimento contrário à Fazenda Pública firmado em precedente vinculante ou orientação administrativa pelo próprio ente público (art. 496, § 4º, do CPC).....	611

13.4. Procedimento	611
14. JULGAMENTO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES DE FAZER, NÃO FAZER E DE ENTREGA DE COISA.....	612
15. AÇÃO QUE TENHA POR OBJETO A EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE VONTADE.....	612
16. SENTENÇAS MANIPULATIVAS.....	612
16.1. Introdução.....	612
16.2. Sentenças (ou decisões) manipulativas.....	613
16.3. Juízes como legisladores positivos?	614

CAPÍTULO XXVII – COISA JULGADA..... 617

1. TEORIAS EXPLICATIVAS E CONCEITO.....	617
2. COISA JULGADA FORMAL E COISA JULGADA MATERIAL.....	620
3. EFEITOS NEGATIVO E POSITIVO DA COISA JULGADA	620
4. LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA	621
4.1. Coisa julgada sobre questão prejudicial.....	622
5. LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA.....	624
6. LIMITES TEMPORAIS DA COISA JULGADA.....	626
7. EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA.....	627
8. RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA.....	628
9. CONFLITO ENTRE COISAS JULGADAS	630

CAPÍTULO XXVIII – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA 631

1. INTRODUÇÃO	631
2. MODALIDADES DE LIQUIDAÇÃO	632
2.1. Liquidação por arbitramento.....	632
2.2. Liquidação pelo procedimento comum.....	633
3. LIQUIDAÇÃO POR MEROS CÁLCULOS ARITMÉTICOS.....	634
4. LEGITIMIDADE	634
5. LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA.....	635
6. LIQUIDAÇÃO SEM RESULTADO POSITIVO (LIQUIDAÇÃO ZERO)	635
7. LIQUIDAÇÃO IMPRÓPRIA NAS AÇÕES COLETIVAS	636

CAPÍTULO XXIX – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 637

1. INTRODUÇÃO	637
2. TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS.....	638

2.1.	Decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa (art. 515, I, do CPC)	638
2.2.	Decisão homologatória de autocomposição judicial (art. 515, II, do CPC)	639
2.3.	Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza (art. 515, III, do CPC)	640
2.4.	Formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal (art. 515, IV, do CPC)	640
2.5.	Crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, emolumentos ou honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial (art. 515, V, do CPC)	641
2.6.	Sentença penal condenatória transitada em julgado (art. 515, VI, do CPC)	641
2.7.	Sentença arbitral (art. 515, VII, do CPC)	642
2.8.	Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça (art. 515, VIII, do CPC)	642
2.9.	Decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do exequatur à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça (art. 515, IX, do CPC)	643
3.	COMPETÊNCIA PARA O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	643
4.	LEGITIMIDADE ATIVA, REQUERIMENTO E INTIMAÇÃO DO EXECUTADO	644
5.	LEGITIMIDADE PASSIVA	646
6.	PROTESTO DO TÍTULO E INCLUSÃO DO NOME DO EXECUTADO EM CADASTROS DE INADIMPLENTES	646
7.	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA	647
7.1.	Regime específico a ser observado	647
7.2.	Impugnação	649
7.3.	Multa e honorários	649
7.4.	Depósito e posterior recurso	650
7.5.	Aplicação subsidiária ao cumprimento provisório de sentença que reconheça obrigação de fazer, de não fazer ou de dar coisa	650
8.	CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA	650
8.1.	Procedimento inicial	650
8.2.	Impugnação ao cumprimento de sentença	652
8.2.1.	Conceito e natureza jurídica	652
8.2.2.	Prazo	653
8.2.3.	Matérias defensivas	653
8.2.3.1.	Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia (art. 525, § 1º, I, do CPC)	653
8.2.3.2.	Ilegitimidade de parte (art. 525, § 1º, II, do CPC)	654
8.2.3.3.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (art. 525, § 1º, III, do CPC)	655

8.2.3.4. Inexigibilidade da obrigação quando o título estiver fundado em lei, ato normativo ou interpretação considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso (art. 525, § 12, do CPC)	655
8.2.3.5. Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 525, IV, do CPC)	656
8.2.3.6. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (art. 525, V, do CPC)	656
8.2.3.7. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução (art. 525, VI, do CPC)	658
8.2.3.8. Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença (art. 525, VII, do CPC)	658
8.2.3.9. Suspeição ou impedimento	658
8.2.4. Efeito suspensivo	658
8.2.5. Procedimento	660
8.2.6. Honorários advocatícios	660
9. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS	661
9.1. Regimes de cumprimento de sentença	661
9.2. Regime especial de cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos (art. 528 e seguintes do CPC)	662
9.2.1. Requerimento, intimação e resposta do executado	662
9.2.2. Protesto e prisão civil	663
9.2.3. Desconto em folha de pagamento, rendimentos ou rendas do executado	664
9.2.4. Outras técnicas executivas	664
9.3. Cumulação de execuções	665
9.4. Alimentos indenizatórios	666
10. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA	667
10.1. Fazenda Pública	667
10.2. Títulos executivos e regimes de execução	668
10.3. Requerimento de cumprimento de sentença e intimação da Fazenda Pública	668
10.4. Impugnação	669
10.5. Efeito suspensivo	670
10.6. Precatórios e requisição de pequeno valor	671
10.6.1. Precatórios	672
10.6.2. Requisição de pequeno valor	673
10.6.3. Fracionamento do valor do precatório	674
11. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, NÃO FAZER OU ENTREGA DE COISA	675
11.1. Tutela específica dos direitos e tutela pelo equivalente	675
11.2. Tutela inibitória	676

11.3. Conversão da obrigação em perdas e danos.....	677
11.4. Procedimento do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer	678
11.4.1. Técnicas processuais para forçar o cumprimento da obrigação	678
11.4.2. Astreintes	679
11.4.3. Impugnação	681
11.5. Cumprimento de sentença que reconheça exigibilidade de obrigação de entregar coisa	682

CAPÍTULO XXX – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA.....683

1. INTRODUÇÃO	683
2. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E TÉCNICAS PROCESSUAIS.....	684
3. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS EM OUTROS DIPLOMAS NORMATIVOS.....	685
4. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	686
4.1. Introdução	686
4.2. Legitimidade ativa	687
4.3. Legitimidade passiva.....	688
4.4. Competência	688
4.5. Objeto da consignação.....	689
4.6. Procedimento da ação de consignação em pagamento quando o credor é conhecido.....	690
4.6.1. Fase extrajudicial.....	690
4.6.2. Fase judicial.....	690
4.7. Procedimento da ação de consignação em pagamento quando houver dúvida quanto ao titular do crédito.....	693
4.8. Aplicação da disciplina da consignação em pagamento no resgate de aforamento.....	694
5. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	695
5.1. Introdução.....	695
5.2. Legitimidade e interesse.....	695
5.3. Procedimento	696
5.3.1. Primeira fase	697
5.3.2. Segunda fase.....	698
5.4. Ação de exigir contas e distribuição por dependência a outro processo.....	699
6. AÇÕES POSSESSÓRIAS	699
6.1. Introdução.....	699
6.2. Posse e detenção.....	700
6.3. Proteção possessória e os interditos possessórios	701

6.4.	Desforço incontinenti.....	702
6.5.	Ações possessórias e ações petitórias	703
6.6.	Natureza dúplice das ações possessórias.....	703
6.7.	Ações de força nova e ações de força velha.....	705
6.8.	Fungibilidade das ações possessórias.....	705
6.9.	Legitimidade.....	705
6.10.	Competência	706
6.11.	Procedimento das ações de reintegração e manutenção de posse	706
6.11.1.	Petição inicial.....	706
6.11.2.	Liminar.....	707
6.11.3.	Resposta do réu.....	709
6.11.4.	Instrução e julgamento	711
6.12.	Litígio coletivo pela posse de imóvel	711
6.13.	Interdito proibitório	712
7.	DA DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES.....	712
7.1.	Introdução.....	712
7.2.	Cumulação dos pedidos demarcatório e divisório	713
7.3.	Posição dos confinantes na demarcação e na divisão	713
7.4.	Demarcação e divisão extrajudicial	714
7.5.	Procedimento da ação de demarcação	715
7.5.1.	Primeira fase	715
7.5.1.1.	Legitimidade	715
7.5.1.2.	Competência	715
7.5.1.3.	Petição inicial.....	716
7.5.1.4.	Citação dos réus.....	716
7.5.1.5.	Defesa dos réus.....	716
7.5.1.6.	Prova pericial.....	716
7.5.1.7.	Sentença.....	717
7.5.2.	Segunda fase.....	717
7.6.	Procedimento da ação de divisão.....	718
7.6.1.	Introdução.....	718
7.6.2.	Primeira fase	719
7.6.2.1.	Legitimidade	719
7.6.2.2.	Competência	719
7.6.2.3.	Petição inicial.....	720
7.6.2.4.	Citação.....	720
7.6.2.5.	Defesa dos réus.....	720
7.6.2.6.	Instrução.....	720
7.6.2.7.	Sentença.....	721
7.6.3.	Segunda fase.....	721

7.6.3.1. Apresentação dos títulos e impugnação aos pedidos de constituição de quinhões.....	721
7.6.3.2. Posição dos confinantes na ação de divisão.....	721
7.6.3.3. Medição e operações de divisão.....	722
7.6.3.4. Memorial descritivo e auto de divisão.....	723
8. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	723
8.1. Introdução.....	723
8.2. Objeto da ação de dissolução parcial da sociedade empresária.....	725
8.3. Legitimidade.....	726
8.4. Competência.....	726
8.5. Petição inicial.....	726
8.6. Citação.....	727
8.7. Resposta.....	727
8.8. Decisão.....	728
8.9. Apuração de haveres.....	729
9. INVENTÁRIO E PARTILHA.....	730
9.1. Introdução.....	730
9.2. Inventário e partilha.....	730
9.2.1. Conceito e generalidades.....	730
9.2.2. Prazo.....	731
9.2.3. Questões que podem ser apreciadas no processo de inventário e partilha.....	732
9.2.4. Administrador provisório.....	732
9.2.5. Inventário negativo.....	732
9.2.6. Procedimentos judiciais possíveis.....	733
9.2.7. Inventário tradicional.....	734
9.2.7.1. Legitimidade.....	734
9.2.7.2. Competência.....	734
9.2.7.3. Petição inicial.....	735
9.2.7.4. Nomeação de inventariante.....	735
9.2.7.5. Remoção do inventariante.....	736
9.2.7.6. Primeiras declarações.....	737
9.2.7.7. Citações e impugnações.....	738
9.2.7.8. Impugnações.....	738
9.2.7.9. Apuração de haveres após as primeiras declarações.....	739
9.2.7.10. Herdeiro preterido.....	740
9.2.7.11. Avaliação dos bens.....	740
9.2.7.12. Últimas declarações.....	741
9.2.7.13. Cálculo do tributo.....	741
9.2.7.14. Colação.....	742
9.2.7.15. Sonegados.....	744

9.2.7.16. Pagamento das dívidas	745
9.2.8. Partilha.....	746
9.2.8.1. Conceito de partilha	746
9.2.8.2. Espécies de partilha	746
9.2.8.3. Partilha judicial.....	747
9.2.8.4. Retificação da partilha	748
9.2.8.5. Anulação e rescisão da partilha.....	749
9.2.9. Arrolamento.....	749
9.2.9.1. Arrolamento sumário.....	750
9.2.9.2. Arrolamento comum.....	751
9.2.10. Alvará judicial.....	752
9.2.11. Sobrepartilha	752
9.2.12. Inventário conjunto (ou cumulativo).....	753
10. EMBARGOS DE TERCEIRO	753
10.1. Introdução.....	753
10.2. Requisitos.....	754
10.3. Legitimidade ativa	755
10.4. Intimação do potencial embargante.....	758
10.5. Legitimidade passiva.....	759
10.6. Competência	759
10.7 Prazo	759
10.8. Procedimento	760
10.8.1. Petição inicial	760
10.8.2. Tutela provisória	761
10.8.3. Citação.....	761
10.8.4. Resposta.....	761
10.8.5. Sentença.....	762
11. OPOSIÇÃO.....	763
11.1. Introdução.....	763
11.2. Cabimento.....	763
11.3. Competência	764
11.4. Legitimidade.....	764
11.5. Procedimento	764
12. HABILITAÇÃO	765
12.1. Introdução	765
12.2. Legitimidade.....	766
12.3. Competência	766
12.4. Procedimento	766
13. AÇÕES DE FAMÍLIA.....	767

13.1. Introdução.....	767
13.2. Procedimento.....	768
13.2.1. Petição inicial.....	769
13.2.2. Tutela provisória.....	769
13.2.2.1. Divórcio liminar e divórcio antecipado.....	769
13.2.3. Citação do réu.....	771
13.2.4. Audiência de conciliação ou mediação.....	771
13.2.5. Intervenção do Ministério Público.....	772
14. AÇÃO MONITÓRIA.....	773
14.1. Introdução.....	773
14.2. Prova escrita.....	773
14.3. Procedimento.....	774
14.3.1. Petição inicial.....	774
14.3.2. Indeferimento da petição inicial.....	775
14.3.3. Citação e expedição do mandado monitório.....	775
14.3.4. Comportamentos do réu.....	776
14.3.5. Embargos à monitória.....	777
14.3.6. Reconvenção.....	778
14.3.7. Intimação do autor.....	778
14.3.8. Julgamento.....	778
15. HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL.....	779
15.1. Introdução.....	779
15.2. Procedimento.....	780
15.2.1. Petição inicial.....	780
15.2.2. Citação e audiência preliminar.....	780
15.2.3. Contestação.....	780
15.2.4. Sentença.....	781
16. REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA.....	781
16.1. Introdução.....	781
16.2. Procedimento.....	781
16.2.1. Petição inicial.....	782
16.2.2. Nomeação do regulador.....	782
16.2.3. Caução.....	782
16.2.4. Julgamento.....	783
17. RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....	783
17.1. Introdução.....	783
17.2. Competência.....	784
17.3. Procedimento.....	784
17.3.1. Petição inicial.....	784

17.3.2. Citação e resposta do réu.....	784
17.3.3. Desaparecimento dos autos após a produção das provas	785
17.3.4. Sentença.....	785
17.3.5. Sucumbência	785

CAPÍTULO XXXI – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA..... 787

1. INTRODUÇÃO.....	787
2. NATUREZA JURÍDICA	788
3. CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA EM JURISDIÇÃO CONTENCIOSA.....	788
4. JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA E JURISDIÇÃO CONTENCIOSA.....	789
5. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS GERAIS DA JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: PROCEDIMENTO COMUM DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	789
5.1. Legitimidade.....	789
5.2. Petição inicial	790
5.3. Citação e intimação.....	790
5.4. Manifestação dos interessados.....	790
5.5. Instrução e julgamento.....	791
5.6. Recurso.....	791
5.7. Requerimentos que se sujeitarão a procedimentos especiais de jurisdição voluntária e requerimentos que se sujeitarão ao procedimento comum de jurisdição voluntária.....	791
6. NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO.....	792
6.1. Introdução.....	792
6.2. Procedimento	793
7. ALIENAÇÃO JUDICIAL.....	793
7.1. Introdução.....	793
7.2. Procedimento	794
8. DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO.....	795
8.1. Introdução.....	795
8.2. Procedimento	796
8.3. Divórcio, separação judicial e extinção de união estável consensuais extrajudiciais	797
8.4. Alteração do regime de bens do casamento.....	798
9. TESTAMENTOS E CODICILOS.....	798
9.1. Introdução.....	798
9.2. Procedimento	799

9.2.1.	Abertura e aprovação do testamento cerrado e aprovação do testamento público	799
9.2.2.	Publicação e cumprimento do testamento particular.....	799
10.	HERANÇA JACENTE.....	800
10.1.	Introdução.....	800
10.2.	Procedimento.....	800
10.2.1.	Arrecadação e administração dos bens	800
10.2.2.	Comparecimento de cônjuge ou herdeiro.....	802
10.2.3.	Comunicações após a arrecadação dos bens.....	802
10.2.4.	Declaração de vacância.....	802
11.	BENS DOS AUSENTES.....	803
11.1.	Introdução.....	803
11.2.	Procedimento.....	803
11.2.1.	Fase da declaração de ausência, nomeação de curador e arrecadação dos bens do ausente	803
11.2.2.	Fase da sucessão provisória.....	804
11.2.3.	Conversão da sucessão provisória em definitiva.....	805
12.	COISA VAGA	806
12.1.	Introdução.....	806
12.2.	Procedimento.....	806
12.2.1.	Comparecimento do proprietário.....	807
12.2.2.	Achâdego	807
13.	INTERDIÇÃO.....	807
13.1.	Introdução.....	807
13.2.	Procedimento.....	808
13.2.1.	Competência	809
13.2.2.	Legitimidade	809
13.2.3.	Petição inicial.....	809
13.2.4.	Nomeação de curador provisório.....	809
13.2.5.	Citação e entrevista do interditando.....	810
13.2.6.	Impugnação	810
13.2.7.	Instrução.....	811
13.2.8.	Sentença.....	811
13.3.	Levantamento da interdição.....	812
13.4.	Disposições processuais comuns à tutela e à curatela.....	813
13.4.1.	Remoção e exoneração do tutor ou curador.....	813
14.	ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES	813
14.1.	Introdução.....	813
14.2.	Procedimento.....	815

14.2.1. Suprimento judicial para aprovação do estatuto da fundação.....	815
14.2.2. Extinção da fundação.....	815
15. RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO	816
15.1. Introdução.....	816
15.2. Procedimento	817

CAPÍTULO XXXII – PROCESSO DE EXECUÇÃO 819

1. INTRODUÇÃO	819
2. EXECUÇÃO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	820
2.1. Execução comum e execução especial	820
2.2. Execução de título judicial e execução de título extrajudicial	820
2.3. Execução direta e execução indireta	820
2.4. Execução provisória e execução definitiva.....	821
3. PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO	821
3.1. Princípio da patrimonialidade (ou realidade)	821
3.2. Princípio da menor onerosidade da execução.....	822
3.3. Princípio da disponibilidade do processo executivo	823
3.4. Princípio do exato adimplemento (ou especificidade da execução).....	823
3.5. Princípio do desfecho único.....	824
4. CONCENTRAÇÃO DOS PODERES DE EXECUÇÃO DO JUIZ.....	824
5. PARTES NO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	826
5.1. Legitimidade ativa	826
5.2. Legitimidade passiva.....	828
6. CUMULAÇÃO DE EXECUÇÕES	831
7. LITISCONSÓRCIO	832
8. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	833
9. COMPETÊNCIA PARA A EXECUÇÃO	833
10. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO	834
10.1. Inadimplemento do devedor	834
10.2. Título executivo	835
11. ATRIBUTOS DA OBRIGAÇÃO REPRESENTADA NO TÍTULO EXECUTIVO: CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE	836
11.1. Certeza	836
11.2. Liquidez	836
11.3. Exigibilidade.....	837
12. TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS	837

12.1. Letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque (art. 784, I, do CPC)	838
12.2. Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor (art. 784, II, do CPC)	839
12.3. Documento particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas (art. 784, III, do CPC)	839
12.4. Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal (art. 784, IV, do CPC)	840
12.5. Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução (art. 784, V, do CPC)	840
12.6. Contrato de seguro de vida em caso de morte (art. 784, VI, do CPC)	841
12.7. Crédito decorrente de foro e laudêmio (art. 784, VII, do CPC)	841
12.8. Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio (art. 784, VIII, do CPC)	842
12.9. Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei (art. 784, IX, do CPC)	842
12.10. Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas (art. 784, X, do CPC)	843
12.11. Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei (art. 784, XI, do CPC)	843
12.12. Todos os demais títulos aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva (art. 784, XII, do CPC)	844
13. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	844
13.1. Bens sujeitos à execução	845
13.1.1. Bens do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória (art. 790, I, do CPC)	845
13.1.2. Bens do sócio, nos termos da lei (art. 790, II, do CPC)	845
13.1.3. Bens do devedor em poder de terceiros (art. 790, III, do CPC)	846
13.1.4. Bens do cônjuge ou companheiro, nos casos em que seus bens próprios ou de sua meação respondem pela dívida (art. 790, IV, do CPC)	846
13.1.5. Alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução (art. 790, V, do CPC)	847
13.1.6. Cuja alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores (art. 790, VI, do CPC)	848
13.1.7. Bens do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica (art. 790, VII, do CPC)	848
13.2. Bens não sujeitos à execução	849

13.2.1.	Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução (art. 833, I, do CPC).....	849
13.2.2.	Bens móveis, pertences e as utilidades domésticas que guardam a residência do executado, salvo os de elevado valor ou os que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida (art. 833, II, do CPC)	849
13.2.3.	Vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor (art. 833, III, do CPC)	850
13.2.4.	Vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º (art. 833, IV, do CPC).....	850
13.2.5.	Livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado (art. 833, V, do CPC).....	851
13.2.6.	Seguro de vida (art. 833, VI, do CPC)	851
13.2.7.	Materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas (art. 833, VII, do CPC).....	852
13.2.8.	Pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família (art. 833, VIII, do CPC)	852
13.2.9.	Recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social (art. 833, IX, do CPC)	853
13.2.10.	Quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos (art. 833, X, do CPC)	854
13.2.11.	Os recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei (art. 833, XI, do CPC).....	855
13.2.12.	Créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra (art. 833, XII, do CPC)	855
13.2.13.	Impenhorabilidade do bem de família	856
14.	BENS SUBMETIDOS AO REGIME DE DIREITO REAL DE SUPERFÍCIE	858
15.	FRAUDE À EXECUÇÃO	858
15.1.	Hipóteses	859
15.1.1.	Quando sobre o bem pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver (art. 792, I, do CPC) ..	859
15.1.2.	Quando tiver sido averbada, no registro do bem, a pendência do processo de execução, na forma do art. 828 do CPC (art. 792, II, do CPC)	860
15.1.3.	Quando tiver sido averbado, no registro do bem, hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo onde foi arguida a fraude (art. 792, III, do CPC)	860
15.1.4.	Quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência (art. 792, IV, do CPC)	861

15.1.5. Demais casos expressos em lei (art. 792, V, do CPC).....	862
15.2. Fraude à execução e ônus da prova	862
15.3. Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica.....	863
15.4. Fraude à execução e bem de família	865
15.5. Execução e direito de retenção	866
16. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO EXEQUENTE	866
17. MULTAS OU INDENIZAÇÕES DECORRENTES DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ OU DA PRÁTICA DE ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA.....	866

CAPÍTULO XXXIII – DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO869

1. INTRODUÇÃO.....	869
2. DISPOSIÇÕES GERAIS PERTINENTES ÀS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO	869
2.1. Petição inicial	869
2.2. Intimação de terceiros	870
2.3. Medidas urgentes.....	872
2.4. Averbação da pendência da execução.....	872
2.5. Obrigações alternativas	872
2.6. Emenda da petição inicial.....	873
2.7. Despacho inicial	873
2.8. Nulidade da execução	874
3. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA CERTA.....	874
4. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA.....	877
5. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER OU DE NÃO FAZER.....	877
5.1. Procedimento da execução de obrigação de fazer fungível.....	878
5.2. Procedimento da execução de obrigação de fazer infungível.....	879
5.3. Procedimento da execução de obrigação de não fazer.....	879
6. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	880
6.1. Petição inicial.....	880
6.2. Citação do devedor.....	881
6.3. Mandado de citação e arresto prévio (ou pré-penhora).....	881
6.4. Penhora	883
6.4.1. Bens não sujeitos à penhora	883
6.4.2. Bens penhoráveis e ordem preferencial	884
6.4.2.1. Dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira (art. 835, I, do CPC).....	884
6.4.2.2. Títulos da dívida pública da União, dos Estados e do Distrito Federal com cotação em mercado (art. 835, II, do CPC).....	885
6.4.2.3. Títulos e valores mobiliários com cotação em mercado (art. 835, III, do CPC)	885

6.4.2.4.	Veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios e aeronaves (art. 835, IV, V, VI, VII e VIII, do CPC).....	885
6.4.2.5.	Ações e quotas de sociedades simples e empresárias (art. 835, IX, do CPC).....	886
6.4.2.6.	Percentual do faturamento de empresa devedora (art. 835, X, do CPC).....	886
6.4.2.7.	Pedras e metais preciosos (art. 835, XI, do CPC).....	886
6.4.2.8.	Direitos aquisitivos derivados de promessa de compra e venda e de alienação fiduciária em garantia (art. 835, XII, do CPC).....	887
6.4.2.9.	Outros direitos (art. 835, XIII, do CPC).....	887
7.	FORMALIZAÇÃO DA PENHORA: BENS IMÓVEIS E MÓVEIS EM GERAL.....	887
7.1.	Auto ou termo de penhora.....	887
7.2.	Formalização da penhora de bens imóveis e veículos automotores.....	888
7.3.	Resistência do executado e ordem de arrombamento.....	888
7.4.	Depósito.....	889
7.5.	Intimações.....	889
8.	FORMALIZAÇÃO DA PENHORA: ESPECIFICIDADES.....	891
8.1.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira.....	891
8.2.	Penhora de créditos.....	892
8.3.	Penhora de quotas ou ações de sociedades personificadas.....	893
8.4.	Penhora de empresa, outros estabelecimentos e semoventes.....	894
8.5.	Penhora de percentual de faturamento de empresa.....	895
8.6.	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	896
9.	MODIFICAÇÕES DA PENHORA.....	897
9.1.	Substituição da penhora.....	897
9.2.	Redução ou ampliação da penhora.....	898
9.3.	Renovação da penhora.....	899
9.4.	Alienação antecipada de bens penhorados.....	899
10.	AVALIAÇÃO.....	899
11.	EXPROPRIAÇÃO.....	900
11.1.	Adjudicação.....	900
11.1.1.	Remição.....	902
11.2.	Alienação.....	903
11.2.1.	Alienação por iniciativa particular.....	903
11.2.2.	Alienação em leilão judicial.....	903
11.2.2.1.	Características do leilão judicial.....	903
11.2.2.2.	Leiloeiro.....	904
11.2.2.3.	Editais do leilão.....	904
11.2.2.4.	Intimações.....	905

11.2.2.5. Não realização do leilão.....	906
11.2.2.6. Arrematação	906
11.2.2.7. Pagamento	906
11.2.2.8. Suspensão da arrematação e do leilão.....	908
11.2.2.9. Auto de arrematação	909
11.2.3. Invalidação, ineficácia e resolução da arrematação	909
11.2.4. Ação anulatória autônoma.....	910
11.2.5. Desistência da arrematação	910
11.2.6. Ato atentatório à dignidade da justiça.....	910
11.3. Pagamento ao credor.....	911
12. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	912
12.1. Introdução.....	912
12.2. Procedimento	912
13. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	913
14. EMBARGOS À EXECUÇÃO	914
14.1. Introdução.....	914
14.2. Natureza jurídica dos embargos à execução	914
14.3. Embargos à execução e impugnação ao cumprimento de sentença	915
14.4. Competência	915
14.5. Prazo	915
14.6. Parcelamento.....	916
14.7. Objeto dos embargos	917
14.7.1. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (art. 917, I, do CPC).....	917
14.7.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 917, II, do CPC).....	918
14.7.3. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (art. 917, III, do CPC).....	918
14.7.4. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de execução para entrega de coisa certa (art. 917, IV, do CPC)	919
14.7.5. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução (art. 917, V, do CPC).....	920
14.7.6. Qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento (art. 917, VI, do CPC)	920
14.8. Natureza das matérias discutidas nos embargos.....	920
14.9. Alegação de suspeição ou impedimento do juiz	921
14.10. Procedimento dos embargos à execução.....	921
14.11. Efeito suspensivo	922
15. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	923
16. SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	924
16.1. Suspensão da execução	924

16.1.1. Prescrição intercorrente	925
16.2. Extinção da execução	928

CAPÍTULO XXXIV – PRECEDENTES JUDICIAIS..... 929

1. APROXIMAÇÃO ENTRE CIVIL LAW E COMMON LAW: TRADIÇÕES E SISTEMAS JURÍDICOS.....	929
2. REGRA DO <i>STARE DECISIS</i>	931
3. PRECEDENTES JUDICIAIS	931
3.1. Conceito	931
3.2. Aplicação, distinção e superação do precedente	932
3.3. Eficácia jurídica do precedente	935
4. SISTEMA DE PRECEDENTES NO CPC	935
5. MICROSSISTEMA DE JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS.....	939

CAPÍTULO XXXV – ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS..... 941

1. INTRODUÇÃO	941
2. REGISTRO, DISTRIBUIÇÃO E PREVENÇÃO.....	941
3. ATRIBUIÇÕES DO RELATOR.....	942
4. JULGAMENTO	944
4.1. Designação de data para julgamento	944
4.2. Ordem de julgamento.....	944
4.3. Sustentação oral	944
4.4. Questões e providências preliminares	945
4.5. Vista dos autos.....	946
4.6. Votos e resultado do julgamento.....	946
4.7. Técnica de ampliação do colegiado	947
4.7.1. Ampliação do colegiado na ação rescisória e no agravo de instrumento contra decisão parcial de mérito	948
4.7.2. Ampliação do colegiado no mandado de segurança	949
4.7.3. Ampliação do colegiado e embargos de declaração.....	950
4.7.4. Direito intertemporal.....	950
4.7.5. Não aplicação da técnica de ampliação do colegiado	951
4.8. Acórdão e publicação	951
4.9. Agravo de instrumento e apelação: ordem de julgamento.....	951

CAPÍTULO XXXVI – TEORIA GERAL DOS RECURSOS 953

1. INTRODUÇÃO	953
---------------------	-----

2.	CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSO	953
2.1.	Quanto à finalidade.....	953
2.2.	Quanto ao órgão jurisdicional competente para o julgamento	954
2.3.	Quanto à extensão da questão impugnada.....	954
2.4.	Quanto à fundamentação da impugnação	955
3.	PRINCÍPIOS RECURSAIS.....	955
3.1.	Princípio das decisões juridicamente relevantes.....	955
3.2.	Princípio da taxatividade.....	956
3.3.	Princípio da singularidade (unicidade ou unirrecorribilidade).....	956
3.4.	Princípio da fungibilidade.....	956
3.5.	Princípio da proibição de <i>reformatio in pejus</i>	957
3.6.	Princípio da dialeticidade (ou diálogo)	958
4.	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS	958
4.1.	Requisitos de admissibilidade intrínsecos	959
4.1.1.	Cabimento	959
4.1.2.	Legitimidade	959
4.1.3.	Interesse recursal	960
4.1.4.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer.....	961
4.1.4.1.	Desistência do recurso.....	961
4.1.4.2.	Renúncia.....	962
4.1.4.3.	Aceitação.....	962
4.2.	Requisitos de admissibilidade extrínsecos	963
4.2.1.	Tempestividade.....	963
4.2.2.	Regularidade formal.....	964
4.2.3.	Preparo	965
5.	MÉRITO DO RECURSO	966
6.	EFEITOS DOS RECURSOS	967
6.1.	Efeito obstativo (ou impeditivo do trânsito em julgado)	967
6.2.	Efeito Devolutivo	967
6.2.1.	Efeito devolutivo horizontal (ou em extensão).....	967
6.2.2.	Efeito devolutivo vertical (ou em profundidade).....	968
6.3.	Efeito Suspensivo.....	969
6.4.	Efeito Regressivo (modificativo ou de retratação).....	970
6.5.	Efeito Translativo.....	970
6.6.	Efeito Expansivo.....	971
6.7.	Efeito Substitutivo	972
7.	RECURSO ADESIVO.....	972
7.1.	Conceito.....	972
7.2.	Cabimento.....	973

7.3. Endereçamento e Prazo	973
7.4. Legitimidade.....	974
7.5. Interesse recursal	974
7.6. Conteúdo do recurso adesivo	975
7.7. Recurso adesivo cruzado (ou condicionado).....	975

CAPÍTULO XXXVII – RECURSOS EM ESPÉCIE..... 977

1. APELAÇÃO.....	977
1.1. Conceito e cabimento	977
1.2. Apelação contra decisão interlocutória?	977
1.3. Requisitos de admissibilidade	978
1.4. Efeitos	979
1.4.1. Efeito devolutivo.....	979
1.4.2. Efeito suspensivo	979
1.4.3. Efeito regressivo (modificativo ou de retratação).....	981
1.4.4. Demais efeitos.....	981
1.5. Inovação recursal relativa a matéria de fato.....	981
1.6. Processamento da apelação.....	982
1.7. Teoria da causa madura	983
2. AGRAVO DE INSTRUMENTO	985
2.1. Conceito	985
2.2. Decisões não agraváveis.....	986
2.3. Decisões agraváveis	986
2.3.1. Rol do art. 1.015 do CPC	987
2.3.1.1. Tutelas provisórias (art. 1.015, I, do CPC).....	987
2.3.1.2. Mérito do processo (art. 1.015, II, do CPC).....	988
2.3.1.3. Rejeição da alegação de convenção de arbitragem (art. 1.015, III, do CPC)	988
2.3.1.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 1.015, IV, do CPC).....	990
2.3.1.5. Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação (art. 1.015, V, do CPC)	990
2.3.1.6. Exibição ou posse de documento ou coisa (art. 1.015, VI, do CPC)	991
2.3.1.7. Exclusão de litisconsorte (art. 1.015, VII, do CPC).....	992
2.3.1.8. Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio (art. 1.015, VIII, do CPC)	992
2.3.1.9. Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros (art. 1.015, IX, do CPC).....	993

2.3.1.10.	Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução (art. 1.015, X, do CPC).....	994
2.3.1.11.	Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º, do CPC (art. 1.015, XI, do CPC).....	995
2.3.1.12.	Outros casos expressamente referidos em lei (art. 1.015, XIII, do CPC).....	995
2.3.1.13.	Decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário (art. 1.015, parágrafo único, do CPC).....	996
2.4.	Decisões agraváveis à luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça	996
2.5.	Requisitos de admissibilidade	998
2.6.	Modos de interposição do agravo de instrumento.....	999
2.7.	Efeitos	999
2.7.1.	Efeito devolutivo.....	999
2.7.2.	Efeito suspensivo	999
2.7.3.	Efeito regressivo (modificativo ou de retratação).....	1000
2.7.4.	Demais efeitos.....	1001
2.8.	Processamento do agravo de instrumento.....	1001
2.9.	Prolação de sentença quando pendente o julgamento de agravo de instrumento	1003
3.	AGRAVO INTERNO.....	1004
3.1.	Cabimento.....	1004
3.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1005
3.3.	Efeitos	1005
3.4.	Procedimento	1005
4.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	1006
4.1.	Conceito e cabimento	1006
4.1.1.	Obscuridade	1006
4.1.2.	Contradição	1007
4.1.3.	Omissão.....	1007
4.1.4.	Erro material.....	1008
4.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1008
4.3.	Efeitos	1009
4.3.1.	Efeitos genéricos.....	1009
4.3.2.	Efeitos específicos	1009
4.3.2.1.	Embargos de declaração e efeito suspensivo	1009
4.3.2.2.	Efeito integrativo.....	1010
4.3.2.3.	Efeito interruptivo do prazo recursal.....	1010
4.3.2.4.	Efeitos infringentes.....	1011
4.4.	Processamento.....	1012

4.5.	Fungibilidade	1012
4.6.	Complementariedade do recurso já interposto.....	1013
4.7.	Embargos de declaração protelatórios	1013
4.8.	Embargos de declaração e prequestionamento	1014
5.	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	1015
5.1.	Conceito e cabimento	1015
5.1.1.	Recurso ordinário constitucional para o Supremo Tribunal Federal	1015
5.1.2.	Recurso ordinário constitucional para o Superior Tribunal de Justiça	1016
5.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1017
5.3.	Efeitos	1017
5.4.	Processamento.....	1017
6.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL	1018
6.1.	Introdução.....	1018
6.2.	Requisitos de admissibilidade específicos.....	1019
6.2.1.	Prévio esgotamento das instâncias ordinárias.....	1019
6.2.2.	Prequestionamento.....	1020
6.2.2.1.	Prequestionamento e voto vencido.....	1021
6.2.2.2.	Prequestionamento e fundamentos do recurso recorrido.....	1022
6.2.3.	Regularidade formal.....	1022
6.2.3.1.	Regularidade formal e primazia do julgamento do mérito	1023
6.2.4.	Repercussão geral no recurso extraordinário	1024
6.2.4.1.	Introdução	1024
6.2.4.2.	Procedimento e julgamento acerca da existência ou não de repercussão geral	1025
6.2.5.	Relevância da questão federal no recurso especial.....	1027
6.3.	Efeitos	1028
6.4.	Processamento dos recursos extraordinário e especial no órgão a quo.....	1029
6.5.	Tese da dupla fundamentação suficiente (ou substitutividade compartilhada).1031	
6.6.	Recurso extraordinário prejudicial em relação ao recurso especial	1033
6.7.	Fungibilidade dos recursos especial e extraordinário.....	1033
6.8.	Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	1034
6.8.1.	Quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência (art. 105, III, "a", da CF)	1034
6.8.2.	Quando a decisão recorrida julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal (art. 105, III, "b", da CF).....	1036
6.8.3.	Quando a decisão recorrida der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (art. 105, III, "c", da CF).....	1036
6.9.	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário.....	1037
6.9.1.	Quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição Federal (art. 102, III, "a", da CF).....	1038

6.9.2.	Quando a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal (art. 102, III, "b", da CF).....	1039
6.9.3.	Quando a decisão recorrida julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição (art. 102, III, "c", da CF).....	1040
6.9.4.	Quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal (art. 102, III, "d", da CF)	1040
6.10.	Julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos	1041
6.10.1.	Seleção de recursos representativos da controvérsia	1042
6.10.2.	Afetação	1043
6.10.3.	Instrução da controvérsia	1044
6.10.4.	Julgamento da questão repetitiva	1045
7.	AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL OU EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	1046
7.1.	Cabimento.....	1046
7.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1049
7.3.	Efeitos	1049
7.4.	Processamento.....	1049
7.5.	Interposição conjunta de recurso extraordinário e especial	1050
8.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	1050
8.1.	Cabimento.....	1050
8.2.	Processamento.....	1052
8.2.1.	Processamento no Superior Tribunal de Justiça	1052
8.2.2.	Processamento no Supremo Tribunal Federal	1053

CAPÍTULO XXXVIII - INCIDENTES DE COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL.....1055

1.	INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	1055
1.1.	Cabimento.....	1055
1.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1055
1.2.1.	Duplo juízo de admissibilidade.....	1057
1.3.	Competência	1057
1.4.	Legitimidade.....	1058
1.5.	Procedimento	1058
1.6.	Recursos	1059
2.	INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	1059
2.1.	A fiscalização concreta da constitucionalidade das normas (controle difuso)...	1059
2.2.	O incidente de arguição de inconstitucionalidade no CPC.....	1062
2.2.1.	Arguição e instauração do incidente	1062
2.2.2.	Julgamento	1063
2.2.3.	Recurso.....	1064
3.	CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	1064

3.1.	Conceito e generalidades	1064
3.2.	Legitimidade e participação do Ministério Público.....	1065
3.3.	Procedimento	1065
4.	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	1066
4.1.	Introdução.....	1066
4.2.	Requisitos de admissibilidade.....	1067
4.3.	Competência	1069
4.4.	Legitimidade.....	1070
4.5.	Procedimento	1071
4.5.1.	Instauração	1071
4.5.2.	Providências iniciais do relator	1071
4.5.3.	Suspensão dos processos	1072
4.5.4.	Instrução.....	1074
4.5.5.	Julgamento	1075
4.5.6.	Recurso	1075
4.5.7.	Revisão da tese jurídica	1076

CAPÍTULO XXXIX – AÇÕES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DE TRIBUNAL1077

1.	HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DO <i>EXEQUATUR</i> À CARTA ROGATÓRIA.....	1077
1.1	Introdução	1077
1.2.	Objeto da homologação.....	1077
1.3.	Execução de decisão estrangeira concessiva de medida de urgência	1079
1.4.	Requisitos.....	1079
1.4.1.	A decisão deve ter sido proferida por autoridade competente	1079
1.4.2.	A decisão deve ter sido precedida de citação regular, ainda que verificada a revelia.....	1079
1.4.3.	A decisão deve ser eficaz no país em que foi proferida	1080
1.4.4.	A decisão não pode ofender a coisa julgada brasileira	1080
1.4.5.	A decisão deve estar acompanhada de tradução oficial, salvo disposição que a dispense prevista em tratado	1080
1.4.6.	A decisão não pode conter manifesta ofensa à ordem pública.....	1081
1.5.	Procedimento	1081
1.5.1.	Homologação de decisão estrangeira.....	1081
1.5.2.	Concessão de <i>exequatur</i> a cartas rogatórias.....	1082
2.	AÇÃO RESCISÓRIA.....	1083
2.1.	Conceito	1083
2.2.	Objeto da ação rescisória: decisão rescindível.....	1084
2.2.1.	Decisão de mérito	1084

2.2.2.	Decisão sobre questão prejudicial.....	1085
2.2.3.	Decisão que não resolve o mérito.....	1085
2.3.	Ação rescisória e ação anulatória.....	1086
2.4.	Ação rescisória contra decisão proferida em ação rescisória.....	1087
2.5.	Hipóteses de cabimento	1088
2.5.1.	Decisão proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 966, I, do CPC).....	1088
2.5.2.	Decisão proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente (art. 966, II, do CPC).....	1089
2.5.3.	Decisão que resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei (art. 966, III, do CPC).....	1089
2.5.4.	Decisão que ofender a coisa julgada (art. 966, IV, do CPC).....	1090
2.5.5.	Decisão que viola manifestamente norma jurídica (art. 966, V, do CPC).....	1091
2.5.6.	Decisão fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória (art. 966, VI, do CPC)	1094
2.5.7.	Autor obtém, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável (art. 966, VII, do CPC).....	1095
2.5.8.	Decisão fundada em erro de fato verificável do exame dos autos	1095
2.6.	Legitimidade.....	1096
2.6.1.	Legitimidade ativa	1096
2.6.2.	Legitimidade passiva.....	1097
2.7.	Competência	1098
2.8.	Prazo para o ajuizamento da ação rescisória	1098
2.8.1.	Ação rescisória e coisa julgada progressiva	1099
2.9.	Objeto da ação rescisória: iudicium rescindens e iudicium rescissorium	1100
2.10.	Procedimento	1102
2.10.1.	Petição inicial	1102
2.10.2.	Providências iniciais do relator	1102
2.10.3.	Procedimento comum.....	1104
3.	RECLAMAÇÃO.....	1106
3.1.	Introdução.....	1106
3.2.	Hipóteses de cabimento e procedimento	1107
3.2.1.	Preservar a competência do tribunal (art. 988, I, do CPC)	1107
3.2.2.	Garantir a autoridade das decisões do tribunal (art. 988, II, do CPC).....	1108
3.2.3.	Garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade (art. 988, III, do CPC)	1108

3.2.4. Garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência (art. 988, IV, do CPC)	1111
3.3. Limite temporal: trânsito em julgado	1113
3.4. Legitimidade	1113
3.5. Procedimento	1114

CAPÍTULO XL – PROCESSO ESTRUTURAL1117

1. INTRODUÇÃO	1117
2. ANTECEDENTE HISTÓRICO: <i>BROWN V. BOARD OF EDUCATION</i>	1117
3. CONCEITO DE LITÍGIO ESTRUTURAL (STRUCTURAL LITIGATION)	1119
4. PROCESSO ESTRUTURAL	1119
4.1. Processo estrutural e a necessidade de um procedimento adequado	1119
4.2. Fortalecimento do poder-dever de gestão do processo do juiz	1120
4.3. Flexibilização dos princípios da demanda e da congruência	1121
4.4. Necessidade de participação adequada no processo estrutural	1122
4.5. Saneamento participativo do processo estrutural	1124
4.6. A construção adequada da decisão estrutural	1124
4.7. Decisão estrutural (decisão com múltiplo conteúdo)	1125
5. CONCLUSÃO	1126

BIBLIOGRAFIA